



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10830.901242/2008-69

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** **1402-001.413 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**

**Sessão de** 19 de maio de 2021

**Assunto** PER/DOMP

**Recorrente** RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. RESOLVEM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência. O Conselheiro Marco Rogério Borges acompanhou a Relatora pelas conclusões.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Junia Roberta Gouveia Sampaio - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marco Rogério Borges, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Marcelo José Luz Macedo (suplente convocado), Iágalo Jung Martins, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Luciano Bernart e Paulo Mateus Ciccone

## Relatório

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório elaborado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil no Recife (PE). Ao final, farei as complementações necessárias.

A interessada acima qualificada apresentou PER/DOMPs, por meio dos quais compensou crédito do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ com débitos de sua responsabilidade. O crédito inicial informado, no valor de R\$ 510.543,83, seria decorrente de saldo negativo do imposto apurado em 31/12/2003.

Através do Despacho Decisório de fl. 05, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas homologou parcialmente a compensação declarada no PER/DOMP nº 33919.72433.210906.1.7.02-1488 e não homologou a compensação declarada nos seguintes PER/DOMPs: 04170.33244.210906.1.3.02-7569 e 07347.10033.280207.1.3.02-9861 ao fundamento de que o valor do saldo negativo de IRPJ disponível, após confirmação dos valores declarados, R\$ 408.200,55, constitui

Fl. 2 da Resolução n.º 1402-001.413 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 10830.901242/2008-69

crédito insuficiente para compensar integralmente os débitos informados pelo sujeito passivo.

A interessada apresentou manifestação de inconformidade (fls. 02/04), alegando, em síntese:

-que em 13/06/2008 atendeu à intimação SEORT/DRF-CPS/440/2008 de 14/05/2008; - teve parte de seu saldo negativo do IRPJ, apurado em 31/12/2003, não confirmado, do valor informado para o código 6800 no total de R\$ 411.373,73 foi confirmado o valor de R\$ 309.030,46 restando sem confirmação o valor de R\$ 102.343,27;

- cometeu erro ao preencher a DCOMP de sorte que, da fonte pagadora CNPJ 60.394.079/0001-04, do montante de R\$ 411.373,73 o valor de R\$ 309.030,46 tem código 6800 enquanto que o valor de R\$ 87.416,15 corresponde ao código 3426, restando o valor de R\$ 14.927,12 recolhido, por ocasião da resposta à intimação, sob código 2484, DARF anexo;

- pede deferimento dos créditos em questão.

Em 31 de março de 2014, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Recife (PE) negou provimento à manifestação de inconformidade. A decisão recebeu a seguinte ementa:

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2003

**COMPENSAÇÃO. REQUISITOS.**

Nos termos do art. 170 do CTN, somente são compensáveis os créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2003

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO. DRJ. FALTA DE COMPETÊNCIA.**

As Delegacias de Julgamento não são competentes para apreciar pedidos de retificação de declaração de compensação.

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. REQUISITOS. COMPETÊNCIA PARA APRECIAÇÃO.**

A competência originária para apreciar declaração de compensação é do Delegado da Receita Federal do domicílio fiscal do contribuinte, sendo do dever deste último identificar perfeitamente na declaração qual o direito creditório que julga possuir.

Cientificada (fls. 127), a contribuinte apresentou o Recurso Voluntário de fls. 129/141, no qual reitera as alegações já suscitadas.

**Voto**

Conselheira Junia Roberta Gouveia Sampaio - Relatora

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade devendo, portanto, ser conhecido.

Conforme exposto no relatório, trata o presente processo de manifestação de inconformidade contra o Despacho Decisório eletrônico que homologou parcialmente a compensação declarada pela ora Recorrente.

Cientificada a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade na qual alegou que a parte do saldo negativo não confirmada pelo despacho decisório decorreu de erro ao ao preencher a DCOMP de sorte que, da fonte pagadora CNPJ 60.394.079/0001-04, do montante de R\$ 411.373,73 o valor de R\$ 309.030,46 tem código 6800 enquanto que o valor de R\$ 87.416,15 corresponde ao código 3426, restando o valor de R\$ 14.927,12 recolhido, por ocasião da resposta à intimação, sob código 2484.

A decisão recorrida, no entanto, indeferiu a manifestação de inconformidade por entender que o que pretendia a contribuinte era, na verdade, a retificação da sua declaração de compensação, matéria essa que estaria fora da sua competência. Confira-se:

Como se vê, a contribuinte pretende que se promovam alterações em seu PER/DCOMP e se proceda a uma nova análise das parcelas de composição de seu crédito, com vistas a se aferir a consistência do saldo negativo pretendido. O que de fato, pretende a interessada é retificar a DCOMP original, pleiteando novo crédito. A propósito, a retificação do PER/DCOMP somente apresentaria relevância para fins de análise prévia à emissão do Despacho Decisório. Pressupõe, portanto, a posterior prolação de despacho decisório, atividade para o qual esta DRJ carece de competência.

Ocorre que, nos termos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, a competência das DRJ, com respeito a restituições e compensações, se restringe em conhecer e julgar, após instaurado o litígio, a manifestação de inconformidade contra o despacho decisório, como se vê no art. 233, verbis

(...)

No caso presente, a contribuinte não se insurge contra o despacho decisório e seus fundamentos em virtude de algum vício nele existente. Pelo contrário, limita-se a solicitar nova análise dos fatos. Entretanto, tal competência foi deferida exclusivamente às DRF, conforme se vê no art. 244 do aludido Regimento Interno:

(...)

Como visto da legislação transcrita, a manifestação de inconformidade não é instrumento hábil para retificação de Declaração de Compensação gerada a partir do Programa PER/DCOMP, a qual, nas hipóteses em que admitida, deverá ser requerida pelo sujeito passivo mediante a apresentação à RFB de documento retificador gerado a partir do referido Programa, antes da emissão do despacho decisório.

Conforme se verifica pelas decisões abaixo transcritas, o CARF vem reconhecendo a competências das instâncias de julgamento administrativo para reconhecer erro material no preenchimento das DCOMPs. Confira-se:

#### ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2004

ERRO NO PREENCHIMENTO DE DCOMP. APRECIAÇÃO. CABIMENTO. Cumpre a autoridade administrativa apreciar alegações dedefesa, no sentido de que incorreu em erros de preenchimento da Declaração Compensação – DCOMP, inexistindo amparo legal para essa negativa. (Acórdão 1402.000.578)

Fl. 4 da Resolução n.º 1402-001.413 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 10830.901242/2008-69

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2006

**RETIFICAÇÃO DO PER/DCOMP APÓS O DESPACHO DECISÓRIO. ERRO DE NO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DO CRÉDITO PLEITEADO. POSSIBILIDADE.**

Erro de preenchimento de Dcomp não possui o condão de gerar um impasse insuperável, uma situação em que o contribuinte não pode apresentar uma nova declaração, não pode retificar a declaração original, e nem pode ter o erro saneado no processo administrativo, sob pena de tal interpretação estabelecer uma preclusão que inviabiliza a busca da verdade material pelo processo administrativo fiscal, além de permitir um indevido enriquecimento ilícito por parte do Estado, ao auferir receita não prevista em lei.

Reconhece-se a possibilidade de retificar a DCOMP, mas sem homologar a compensação, por ausência de certeza e liquidez do crédito invocado. (Acórdão nº 1301-004.333)

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2004

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. ERRO MATERIAL. ADEQUAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO. POSSIBILIDADE.**

Inexatidão material cometida no preenchimento da Declaração de Compensação pode ser retificada após o Despacho Decisório que indeferiu a compensação.

**RECONHECIMENTO DO DIREITO CREDITÓRIO. ANÁLISE INTERROMPIDA.**

A homologação da compensação, uma vez superada premissa equivocada de pagamento inexistente, depende da análise do crédito pela Delegacia da Receita Federal que originalmente proferiu o Despacho Decisório. (Acórdão nº 1001-001.491)

Ao ser intimada parar prestar os esclarecimentos quanto a divergência apontada por meio da intimação SEORT/DRF – CPS/440/2008, a contribuinte apresentou a manifestação de fls. 13/15, no qual aponta a origem da divergência nos seguintes termos:

Sobre a divergência apontada na Intimação em referência, a título de IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, informado (R\$ 411.373,73) na DCOMP sob o nº 3391972433 (RIGESA) versus a Informação (R\$ 309.030,46) constante da DIRF do CNPJ BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO AS – Atualmente Banco Itaú), esclarecemos:

- 1) Após análise detalhada dos documentos que originaram os lançamentos contábeis e fiscais, constatamos que o valor de R\$ 411.373,73, informado na DCOMP sob o código de receita 6800 foi equivocados. Conforme Informe de Rendimentos Financeiros Ano Calendário de 2003, fornecido pelo BANKBOSTON (doc. 01) os valores corretos são:
  - Código de Receita 6800 – Rendimento Tributável de R\$ 1.545.153,65 – IRRF de R\$ 309.030,46;
  - Código de Receita 3423 – Rendimento Tributável de R\$ 1.982.234,40 e IRRF de R\$ 396.446,61
- 2) Ao constatarmos a diferença de valor declarado à maior de R\$ 14.927,12 (R\$ 411.373,73 – DCOMP menos R\$ 396.446,61 Informe do BANKBOSTON), de imediato efetuamos a regularização do erro, através do recolhimento com os devidos acréscimos legais (Juros calculados pela taxa Selic e Multa), conforme determina a legislação

vigente, utilizando o código de receita 2484 – período de apuração 31/01/2007 – vencimento 28/02/2007, vide DARF no total de R\$ 20.095,32 – Doc 2;

3) Por final, esclarecemos que a data base utilizada para atualização dos juros e multa (apuração 31/01/2007), bem como o código de retenção, estão consoantes as Compensações Informadas a DRF/ Campinas através das DCOMP 33919.72433, DCOMP 04170.33244 e DCOMP 07347.10033

Verifica-se assim, que a contribuinte juntou aos autos os seguintes documentos para comprovação do erro:

- a) Informe de rendimentos financeiros emitidos pelo BANKBOSTON (fls. 16)
- b) DARF (fls. 17)

Todavia, entendo que os documentos acima mencionados não são suficientes para comprovar o seu direito creditório. Isso porque, tratando-se de crédito decorrente de retenção na fonte, é imprescindível a comprovação de que a totalidade das receitas tenha sido incluída na apuração do lucro tributável, conforme determinado pelo artigo 231, III, do RIR/99 abaixo transscrito:

Art. 231 - Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

(...)

**III - do imposto pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real. (grifamos)**

Sendo assim, em atenção ao princípio da verdade material, entendo que o processo deve ser convertido em diligência para que a DRF de origem:

Intime a contribuinte a demonstrar o erro relativo às retenções na fonte e junte documentação necessária a sua comprovação

Verifique se os valores declarados pela contribuinte foram oferecidos à tributação;

Apresente relatório conclusivo.

Intime a contribuinte, para, querendo, se manifestar no prazo de 30 dias.

(Assinado digitalmente)

Junia Roberta Gouveia Sampaio.